



# DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM FOCO

**CNI**  
Confederação Nacional da Indústria  
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## A importância do fortalecimento da SUDENE

Por José Márcio de Medeiros Maia, Superintendente da SUDENE

Extinta em 2001 e recriada em 2007, a SUDENE vem se reestruturando no sentido de dinamizar e promover o desenvolvimento e a integração de sua área de atuação – Nordeste, Minas Gerais (Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e do Mucuri) e Espírito Santo (Norte do Estado).

Após longo período em que a questão das desigualdades regionais esteve fora da agenda política nacional, o país inicia a retomada da capacidade do planejamento nas escalas regionais e sub-regionais, tendo sempre como balizador um projeto nacional de desenvolvimento. Foi imediatamente constatado que a multiplicação das “realidades regionais” tornaria sem efeito qualquer tentativa de esboçar ações que buscassem apenas soluções macrorregionais dos problemas da Região.

O Nordeste tem experimentado nos últimos anos um forte incremento no dinamismo de sua base econômica, alavancado, por um lado, por grandes investimentos públicos e privados e, por outro, por programas de transferência de renda que concretizam a decisão do governo federal de enfrentar, através de políticas públicas específicas, a questão social. Trata-se de promover mudanças estruturais no setor produtivo regional, orientando sua produção para a geração de produtos cada vez mais intensivos em conhecimento, de elevado grau de agregação de valor, de forma que os setores que comandam o dinamismo da

economia possam estar cada vez mais presentes na Região.

Grandes projetos estruturadores como a duplicação da BR 101, a construção da Ferrovia Transnordestina, o Projeto de Revitalização e Integração das Bacias do São Francisco e outras obras do PAC têm gerado um impulso na economia da Região, preparando a infraestrutura necessária para um crescimento econômico mais vigoroso no futuro próximo. Somando-se a isso, grandes investimentos privados também têm gerado dinamismo na economia regional, a exemplo das construções de refinarias, estaleiros, montadoras de automóveis, fábricas de alimentos, entre outros.

Na área agrícola, dois são os vetores que mais impulsionam o setor no Nordeste: os cerrados nordestinos e os perímetros irrigados. No primeiro caso, a soja tem mudado rapidamente o dinamismo das localidades produtoras e de suas proximidades. No segundo caso, apesar de alguns

*“Apesar dos avanços, a Região ainda carece de uma base econômica mais sólida, que seja capaz de abrigar todo contingente populacional que reside na região, especialmente no Semiárido. Contando com 28% da população do Brasil, o Nordeste só alcança 13,5% da renda nacional, demonstrando a diferença em relação às demais regiões do País.”*

gargalos a serem superados, já é uma realidade a produção para exportação, principalmente de frutas, gerando polos de crescimento, a exemplo de Petrolina-Juazeiro. Na zona da mata nordestina, destacam-se culturas tradicionais, como a cana-de-açúcar, que foram revigoradas com a disseminação do uso dos biocombustíveis.

Importantes cidades da Região têm-se destacado na produção de serviços modernos, empregando um contingente cada vez maior de pessoas no setor. A produção de *software*, os serviços médicos, de comunicações, de comércio e de educação, além da indústria do turismo já são uma realidade que pode ser potencializada no Nordeste.

Apesar dos avanços, a Região ainda carece de uma base econômica mais sólida, que seja capaz de abrigar todo contingente populacional que reside na região, especialmente no Semiárido. Contando com 28% da população do Brasil, o Nordeste só alcança 13,5% da renda nacional, demonstrando a diferença em relação às demais regiões do País.

No campo social, as desigualdades também são gritantes. Os nove estados do Nordeste estão entre os 10 estados com piores IDH's do Brasil. Na questão ambiental observam-se, nos centros urbanos, um crescimento por vezes desordenado e baixos padrões de saneamento básico, tornando os ambientes menos hígidos e colaborando para a deterioração de rios, mangues, estuários e áreas litorâneas. Além disso, os desmatamentos, o uso inadequado do solo, entre outras questões, juntamente com as mudanças climáticas, têm contribuído para o avanço do processo de desertificação na região.

Neste ponto a superação do desafio principia no reconhecimento da heterogeneidade dos biomas que constituem o espaço regional e o fato de que todos eles apresentam, em graus diferentes, processos de deterioração geralmente originados por pressões de natureza antrópica.

Portanto, temos dois Nordeste: um moderno, em rápido crescimento, articulado com as demais regiões do País e mesmo com o exterior, e outro Nordeste comparável aos países mais pobres do Mundo.

O desafio consiste em transformar esse “Nordeste-problema”, que tem um imenso potencial econômico e cultural, na mola propulsora do desenvolvimento da Região, colocando-o no centro do dinamismo nacional.

A inclusão efetiva de todos os nordestinos no processo de desenvolvimento requer um grande esforço de capacitação, numa acepção mais abrangente do termo. Ampliando esse esforço, deve-se apoiar as iniciativas de treinamento empresarial, além de expandir a oferta de cursos de curta e média duração voltados à imediata formação dos profissionais demandados pelo mercado, vinculando o treinamento à absorção dos beneficiários. Numa outra vertente, é preciso fortalecer o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação existente no Nordeste e, ao mesmo tempo, promover o diálogo entre esse sistema e as necessidades de desenvolvimento da região, com ênfase na inclusão social.

Essas definições estratégicas balizam um conjunto de diretrizes para a Região Nordeste, que orientam as escolhas das ações que concretizarão, no nível operativo, os esforços de promoção do desenvolvimento regional. Para esta ação, a SUDENE dispõe de quatro instrumentos: Plano de Desenvolvimento Regional (PRDNE), Fundo Constitucional

de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Incentivos Fiscais.

Principal ferramenta de planejamento, o PRDNE representa uma reflexão conjunta da SUDENE e demais atores diante de uma visão estratégica que permita uma concertação do desenvolvimento regional. Visando diminuir as desigualdades regionais, a SUDENE irá enfrentar dois grandes desafios: o estabelecimento de uma dimensão regional para todas as Políticas Nacionais e a articulação para a promoção das reformas necessárias ao processo de desenvolvimento regional que, para a consecução dos resultados pretendidos, uma mobilização significativa de recursos humanos, políticos, materiais e financeiros são imprescindíveis.

*“O desafio consiste em transformar esse ‘Nordeste-problema’, que tem um imenso potencial econômico e cultural, na mola propulsora do desenvolvimento da Região, colocando-o no centro do dinamismo nacional.”*

## ENTREVISTA

### Henrique Jorge Tinôco de Aguiar

Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da SUDENE

*Geógrafo, MBA em Finanças pela Fundação Dom Cabral, Diretor de Gestor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da SUDENE, com experiência nas áreas de project finance e operações estruturadas, análise de projetos, operações em bolsa de valores e mercado de capitais. Diretor da área de investimento em fundos de Pensão (CAPEF), Superintendente do Banco do Nordeste nos Estados do Ceara e Rio Grande do Norte, Conselheiro do SEBRAE (BA, CE e RN).*

Nesta entrevista, o Diretor fala da recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, da financeirização dos Fundos Regionais de Desenvolvimento Regional e das pendências relativas às dívidas empresariais oriundas dos Fundos Constitucionais e Fundos de Investimento.

*1) A recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional foi um importante passo para a retomada das políticas explícitas de desenvolvimento regional. Todavia, a falta de instrumentos dessas instituições impedem avanços concretos de suas atribuições e responsabilidades. A SUDENE tem tentado sensibilizar o governo federal para a necessidade de fortalecimento de seu quadro técnico e aumento de recursos financeiros? Existe alguma perspectiva, por parte da SUDENE, para uma reversão deste cenário?*

Tenho plena convicção de que a SUDENE cumpriu de forma satisfatória seu papel no primeiro ciclo de existência (1959-2001), ainda que ora de forma mais efetiva, ora com atuação mais tímida.

Neste ciclo há de se destacar o grande esforço da SUDENE na utilização dos instrumentos disponíveis pelo marco institucional vigente em sua criação. Esta ação se deu numa sociedade de complexidade ainda incipiente, dentro de uma realidade econômica baseada na monocultura do açúcar e na pecuária, com todos os efeitos socioeconômicos advindos desta característica e explicitados na organização da sociedade à época.

Este quadro é bem caracterizado nos estudos e compêndios de Celso Furtado e foram fundamentais na construção das intervenções da SUDENE em sua ação planejadora e executiva, trazendo uma inegável contribuição ao desenvolvimento da Região Nordeste, em especial nas décadas de 70 e inícios dos anos 80, transformando a região nordeste em uma economia dinâmica, complexa e diversificada, observada nos dias de hoje. Este comportamento trouxe inquestionáveis repercussões positivas na aceleração do Desenvolvimento

Econômico do Brasil e melhoria na qualidade de vida dos nordestinos.

Não obstante, resta claro que, como todo conjunto de soluções adotadas em um determinado ciclo, não há asseguramento da perpetuidade de sua funcionalidade e suficiência das respostas obtidas. O Brasil evoluiu e o Nordeste acompanhou este desenvolvimento e, em muitos momentos, em maior velocidade que o próprio País. Ademais, ao fim deste ciclo (década de 90), os efeitos obtidos pela gestão dos instrumentos da SUDENE já não respondiam aos desafios impostos pelo novo patamar de crescimento alcançado no Brasil e no Nordeste, o que acabou por gerar distorções, desvios e enfraquecimento institucional da Autarquia, redundando em sua extinção em 2001, substituída por uma Agência de Desenvolvimento que não incorporou qualquer solução que garantisse, minimamente, o aperfeiçoamento e a continuidade de ações voltadas para o desenvolvimento regional e redução das disparidades econômicas regionais.

A recriação da SUDENE em 2007, pelo governo do Presidente Lula, buscou o resgate de um papel outrora bem desenvolvido no sentido de orientar

ações e sensibilizar as políticas públicas para o Nordeste, num cenário de recrudescimento crescente das desigualdades regionais. Infelizmente, esta ação acabou restrita, em seu escopo de efetividade, apenas em seu momento inicial e no contexto político dos efeitos de sua recriação, iniciando-se uma agenda representada por compromissos futuros de ações para seu fortalecimento institucional e modernização de seus instrumentos de ação, ainda não cumpridos.

O fato é que esta agenda, até o momento, evoluiu pouco, embora seja inegável a superação de alguns desafios, mais fruto da ação de gestão pontual, como a modernização de seu principal instrumento de financiamento à infraestrutura – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, o recente ingresso de colaboradores (em torno de 50, de um total de 71 aprovados) e a prorrogação na fruição dos incentivos fiscais federais, passíveis de concessão até 2023 (por 10 anos), que se apresentam como respostas importantes, mas insuficientes para o desafio de retomada de um papel efetivo e protagonista da SUDENE no desenvolvimento regional.

Concordamos que os instrumentos hoje disponíveis, a saber: i) os fundos constitucionais e de desenvolvimento (R\$ 15 bilhões/ano); e ii) os

incentivos fiscais federais (redução de 75% do imposto de renda, reinvestimento e redução do adicional da marinha mercante, dentre outros) se mostram tímidos e insuficientes para promover a redução das desigualdades regionais. O foco de novas ações deve ser direcionado para suprir a ausência de participação da SUDENE na sensibilização dos demais entes na execução dos programas públicos, em todas as esferas de governo, para viabilizar a retomada da capacidade de gerenciar dados da região e reportar estudos e alternativas para as grandes questões regionais, como insumos necessários ao exercício de um papel protagonista da SUDENE na execução da PNDR II (Política Nacional de Desenvolvimento Regional II) e a derivação de sua estratégia aplicada ao Nordeste.

Finalizo reportando que esta procura representa o cotidiano atual de nossa agenda interna e externa, buscando este fortalecimento institucional e político, articulando para um maior empoderamento do Conselho Deliberativo – CONDEL, como o principal fórum de deliberação e resposta às questões estratégicas ao nosso desenvolvimento, entendendo este fortalecimento, como condição essencial para cumprirmos o papel que inspirou esta recriação.

*2) Recentemente, os novos critérios de liberação de recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional, aprovados em 2012, passaram a vigorar. Até então, os Fundos dependiam de espaço fiscal para o efetivo repasse. A financeirização do FDNE será suficiente para garantir a continuidade de ações que promovam a redução dos desequilíbrios regionais na região Nordeste?*

Esta foi uma grande conquista para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE. O que chamamos de financeirização representa a assunção do risco do projeto, perante o Fundo, pelo Banco operador e o efetivo asseguramento da liberação de recursos aos projetos na oportunidade devida.

Com esta mudança, no momento da aprovação pela SUDENE, já são reservados a totalidade dos recursos previstos para o projeto, de forma que o seu desembolso, efetivo, se harmoniza com as práticas de mercado vigentes em outras linhas de crédito, em especial, os requisitos de aplicação dos recursos já liberados, como condição para novos desembolsos.

Embora estas mudanças também tenham contribuído para eliminar as pressões fiscais que estes desembolsos representavam no passado, não

há como afirmar que esta “financeirização” torne o FDNE “suficiente” para assegurar a redução dos desequilíbrios regionais do Nordeste.

Na verdade, há de ser buscada a retomada de mecanismos que inspiraram a criação do FDNE, assegurando, a cada exercício, uma dotação orçamentária crescente no mínimo equivalente àquela verificada no exercício anterior, atualizada pelo índice de crescimento das receitas públicas e acrescido dos retornos dos financiamentos já concedidos – o que não ocorre hoje, ao não atualizar a dotação orçamentária concedida no exercício anterior e, ainda, efetivar o desconto da previsão dos reembolsos, resultando num crescimento bem mais limitado da dotação do fundo, incompatível com nossa necessidade e o estoque de projetos já em carteira.

Este cenário, incompatível com o crescente das demandas de recursos para financiar os projetos estruturantes e infraestrutura regional, inviabiliza as previsões iniciais que davam conta de atingirmos um patamar de R\$ 30 bilhões de patrimônio para o FDNE, já ao final de 2020 e travam nossa capacidade de responder as necessidades de infraestrutura, apenas com mecanismos sob gestão da SUDENE.

Isto posto, de forma conclusiva, temos que a minimização das necessidades de espaço fiscal para realização dos desembolsos, tornou o FDNE uma alternativa crível e sedutora para os investidores, todavia, ações complementares e de reforço à sua capacidade de financiamento se mostra uma condição para que o instrumento esteja como protagonista no processo de desenvolvimento regional.

*3) O setor empresarial tem demandado uma solução para as dívidas oriundas de operação de crédito industrial, em especial as celebradas por meio dos Fundos Constitucionais. Busca-se ainda a instituição de normas que viabilizem o equacionamento das pendências existentes no âmbito dos Fundos de Investimento (Finor e Finam). Como a SUDENE enxerga essa problemática? Existe alguma ação da Superintendência no sentido de intermediar/promover uma repactuação destas dívidas?*

As soluções requeridas para os instrumentos citados tem natureza distinta. No caso do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), gestor do Fundo, já detém mecanismos próprios de administração de crédito que permitem repactuações e prorrogações de financiamentos, de natureza industrial ou não, a partir do exame de cada caso, construindo soluções que permitam a reestruturação dos projetos.

Ademais, nas operações na área rural e de agricultura familiar, existem marcos legais próprios que vem disciplinar estas repactuações, sob agenda de recorrentes mobilizações do BNB para fazer chegar aos agentes produtivos da região as alternativas institucionalizadas.

Neste sentido, o entendimento da SUDENE é de reconhecimento da existência de necessidades pontuais a serem atendidas em projetos cujas premissas não vieram a se realizar, de outra parte, todas as alternativas construídas devem respeitar a perenidade e equilíbrio do FNE, na medida em que ele representa um patrimônio da sociedade

nordestina, havendo de se observar limites às soluções que comprometam a capacidade de seu retorno e dinâmica de sua retroalimentação, o que poderia restringir o escopo de sua atuação como o principal instrumento de financiamento da classe produtiva do Nordeste.

Neste sentido, julgo adequadas as soluções atuais de ofertas de alternativas a projetos que apresentem dificuldades em sua viabilização, que preservam a capacidade do Fundo em se manter perene e sustentável.

De outra parte, em relação aos Fundos de Investimento (FINOR e FINAM), a SUDENE tem participado de agendas de discussão, junto a entidade da classe empresarial e o Ministério da Integração Nacional, a quem se vincula, presentemente, a gestão destes Fundos, no sentido de estruturar uma solução adequada para recuperar projetos em funcionamento, ainda que com registro de pequenas irregularidades, bem como alternativas de recuperação dos recursos em projetos que não tiveram sua conclusão possível, pelos mais diversos motivos.

# INFORMES

## ● CINDRA debate PNDR II

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) recebeu a Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração (MI), Adriana Melo Alves, em maio, com o objetivo de conhecer a atual fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O Presidente da Comissão, Deputado Domingos Neto, enfatizou a importância de trabalhos objetivos e precisos, baseados em números, para se identificar onde realmente é premente a necessidade de um esforço maior rumo à promoção do desenvolvimento e à erradicação da miséria e da pobreza.

Mais informações:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/caindr>

## ● Semiário reproduz modelo de desigualdade regional

Com 40% da população e apenas 27% do PIB, o semiárido nordestino reproduz internamente a desigualdade que se dá entre o Nordeste e o restante do País. A convicção de que o desenvolvimento do Nordeste passa obrigatoriamente pelo fortalecimento do semiárido motivou a CINDRA a se reunir com o Ministro interino da Integração Nacional, Francisco Teixeira, em abril, com o objetivo de construir uma pauta com foco neste debate.

Mais informações: [http://prosnacamara.org.br/noticia\\_dep.php?deputado=Domingos%20Neto&id=102](http://prosnacamara.org.br/noticia_dep.php?deputado=Domingos%20Neto&id=102)

## ● Diretrizes para distribuição de recursos a fundos regionais

O MI divulgou, em agosto, as diretrizes estratégicas e orientações gerais para a aplicação em 2015 dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento e de desenvolvimento regional sob sua administração. O objetivo é compatibilizar os programas de financiamento com as orientações das políticas macroeconômica e setoriais, como também da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O envio dos programas de financiamento e de aplicação dos recursos até 30 de setembro e 30 de outubro, respectivamente, ao próprio MI, e às respectivas Superintendências Regionais, para posterior aprovação dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

Mais informações: <http://www.integracao.gov.br>

## ● MI lança a revista Política e Planejamento Regional

O MI lançou em agosto, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (Ippur - UFRJ), a primeira edição da revista Política e Planejamento Regional (PPR). A publicação, que terá edições virtuais semestrais, visa a fomentar as discussões acadêmicas sobre superação de desigualdades regionais no País. O objetivo da revista é complementar e ampliar a divulgação da produção intelectual do Brasil sobre planejamento e desenvolvimento regionais.

Mais informações: [www.revistappr.com.br](http://www.revistappr.com.br)

## ● ANA e MI apresentam Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

Em agosto, a ANA e o MI apresentaram o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH). O objetivo do PNSH é definir as principais intervenções estruturantes e estratégicas de recursos hídricos para todo o País, tais como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, que são necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas. O Plano também buscará reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias).

O PNSH tem dois horizontes de trabalho. O primeiro, até 2020, é para identificação das demandas efetivas do setor de recursos hídricos, o que inclui um estudo integrado dos problemas de oferta de água e de controle de cheias em áreas vulneráveis, além da análise de estudos, planos, projetos e obras. O PNSH considera 2035 como prazo para o alcance das intervenções propostas pelo estudo, que visa a integrar as políticas públicas do setor de recursos hídricos.

Mais informações: <http://www.ana.gov.br>

### ● Fundos regionais agilizam liberação de crédito

Perto de completar dois anos, a financeirização dos fundos regionais de desenvolvimento começa a destravar os repasses para investimentos no Norte e no Nordeste do país. Decretos assinados em novembro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff alteraram de contábil para financeira a natureza do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). A mudança livrou os fundos da dependência de espaço fiscal da União, derrubando em mais de 80% o prazo médio para liberação dos recursos.

Apesar de terem sido criados em 2001, os fundos regionais de desenvolvimento só começaram a liberar dinheiro em 2006, ainda assim a conta-gotas. De natureza apenas contábil, FDNE e FDA recebiam dotações no Orçamento da União, mas na hora do desembolso efetivo dependiam de um espaço fiscal que nem sempre estava disponível. Assim, a liberação efetiva dos recursos se arrastava por meses, obrigando as empresas interessadas a recorrer a empréstimos-ponte, mais caros, para tocar adiante os investimentos.

Integra da matéria: <http://www1.valor.com.br/brasil/3639394/fundos-regionais-agilizam-liberacao-de-credito#ixzz3Axxv41Ql>

### ● Cooperação fronteiriça na Amazônia

Em julho, ocorreu no Sebrae/AM o Seminário Internacional de Inovação Brasil, Peru e União Europeia com o objetivo de fortalecer a integração das fronteiras amazônicas a partir de exemplos dos modelos de Inovação e de Cooperação Fronteiriça aplicados pela União Europeia (UE).

Como produto do Encontro, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Seplan) deve apresentar, em parceria com o MI, o projeto Inovação Brasil, Peru e União Europeia até dezembro de 2014.

Mais informações: <http://www.suframa.gov.br/>

### ● Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2014

As inscrições para o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional foram prorrogadas até 15 de setembro.

O Prêmio, de iniciativa do MI, foi concebido como um meio de estímulo à reflexão e ao debate sobre o estágio atual da questão regional brasileira e como instrumento de promoção e divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Em sua terceira edição, o Prêmio reconhece e homenageia o professor Armando Dias Mendes.

Mais informações: [premiodesenvolvimento@integracao.gov.br](mailto:premiodesenvolvimento@integracao.gov.br)

# Desigualdades regionais em números

Desigualdades regionais diminuem no País, mas em ritmo lento

O Brasil é notadamente reconhecido por seu elevado grau de desigualdade regional. Mas tão grave quanto este reconhecimento é a identificação de que estes desequilíbrios persistem ao longo do tempo.

Estatísticas econômicas do IBGE revelam um quadro de décadas de desigualdades econômicas no País – fenômeno que também se manifesta em relação aos indicadores sociais.

Entre 1995 e 2011, as regiões Sudeste e Sul reduziram sua participação no PIB nacional em 3,7 pontos percentuais. As duas regiões respondiam, em conjunto, por 75,3% do PIB total do País em 1995, caindo para 71,6% em 2011.

Do outro lado, os ganhos de participação das regiões Norte e Nordeste foram muito modestos. A economia da região Norte aumentou sua participação em apenas 1,2 ponto percentual, passando de 4,2%, em 1995, para 5,4% do PIB nacional em 2011. Já na região Nordeste, o aumento foi de 1,4

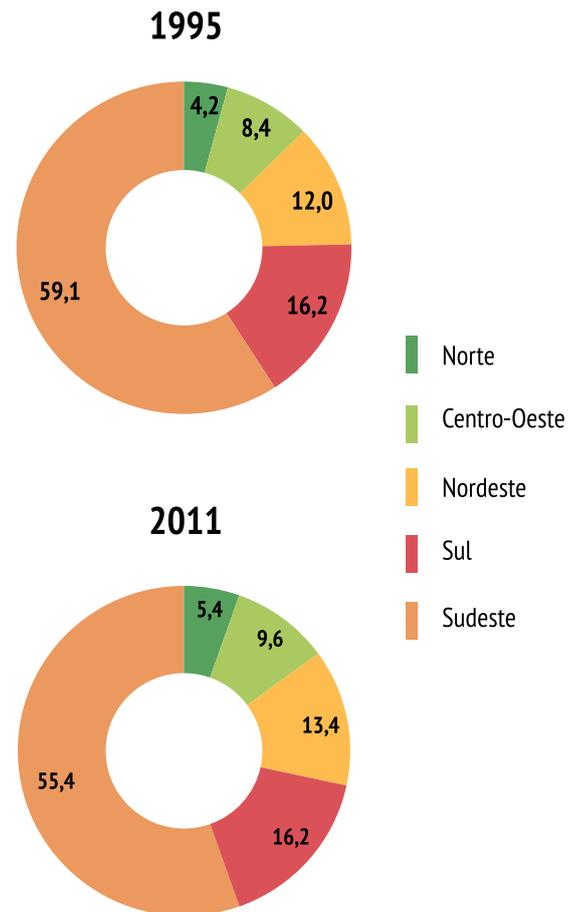
ponto percentual – mesmo incremento observado no Centro-oeste.

As dimensões do território brasileiro inegavelmente contribuem para essa desigualdade, mas certamente não justificam sua amplitude e persistência. Enquanto o País insistir na estratégia de planejar e estruturar seu crescimento desconsiderando os desequilíbrios regionais, permanecerão os bolsões de pobreza e subdesenvolvimento nas regiões mais deprimidas.

*Enquanto o País insistir na estratégia de planejar e estruturar seu crescimento desconsiderando os desequilíbrios regionais, permanecerão os bolsões de pobreza e subdesenvolvimento nas regiões mais deprimidas.*

## Participação das regiões no PIB brasileiro (1995 e 2011)

Em (%)



Fonte: Contas Regionais, IBGE (2011).



### Veja mais

Veja outras edições desta publicação em:

[www.cni.org.br/desenvolvimentoregionalemfoco](http://www.cni.org.br/desenvolvimentoregionalemfoco)